



JESUÍTAS BRASIL

Cadernos *IHU ideias*

ISSN 1679-0316 (impresso) | ISSN 2448-0304 (on-line)

Ano 23 | nº 387 | vol. 23 | 2025

**Etnocracia e limpeza étnica.
No coração do pós-fascismo**

Donatella di Cesare

Cadernos
IHU ideias

ISSN 1679-0316 (impresso) | ISSN 2448-0304 (on-line)

Ano 23 | nº 387 | vol. 23 | 2025

Etnocracia e limpeza étnica. No coração do pós-fascismo

Donatella di Cesare

Filósofa, ensaísta, colunista e professora na
Universidade Sapienza Roma

Tradução: Luisa Rabolini



Cadernos IHU ideias é uma publicação digital do Instituto Humanitas Unisinos – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS

Reitor: Sérgio Mariucci, SJ
Vice-reitor: Artur Eugênio Jacobus

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU

Diretor: Inácio Neutzling, SJ
Diretor-adjunto: Lucas Henrique da Luz
Gerente administrativo: Nestor Pilz

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XXIII – Nº 387 – V. 23 – 2025

ISSN 2448-0304 (on-line)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling, SJ – Unisinos

Conselho editorial: Bel. Gabriel dos Anjos Vilardi; MS. Guilherme Tenher Rodrigues; Dra. Cleusa Maria Andreatta; Dr. Lucas Henrique da Luz; Dra. Marilene Maia; Dra. Susana Rocca; Dr. Ricardo de Jesus Machado.

Conselho científico: Adriano Naves de Brito (Unisinos, doutor em Filosofia); Angelica Massuquetti (Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade); Berenice Corsetti (Unisinos, doutora em Educação); Celso Cândido de Azambuja (Unisinos, doutor em Psicologia); César Sanson (UFRN, doutor em Sociologia); Gentil Corazza (UFRGS, doutor em Economia); Suzana Kilpp (Unisinos, doutora em Comunicação).

Projeto Gráfico: Ricardo de Jesus Machado

Responsável técnico: Guilherme Tenher Rodrigues

Imagem da capa: Pixabay

Revisão: Isaque Gomes Correa

Editoração: Guilherme Tenher Rodrigues

Tradução: Luisa Rabolini

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos.
– Ano 20. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- .v. 21.
Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.
Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 19, n. 326 (2021).
ISSN 2448-0304
1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo/RS, Brasil

Etnocracia e limpeza étnica. No coração do pós-fascismo

Donatella di Cesare

Filósofa, ensaísta, colunista e professora
na Universidade Sapienza Roma

Com uma aceleração sem precedente devido à sucessão traumática da pandemia de Covid-19 e, depois, devido às guerras em curso, uma nova forma de totalitarismo está se afirmando no mundo.

Historiadores, cientistas políticos e filósofos tentaram, nos últimos anos, chamar a atenção para o perigo da extrema-direita, uma *far-right* que, ainda que extremista e agressiva, foi aos poucos sendo aceita e normalizada no espaço público. A confirmação disso é a segunda ascensão de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos. Essa direita antiga, que substituiu os partidos conservadores e acabou ocupando até mesmo

o centro, conseguiu se passar por nova, contornando censuras e desaprovações do passado. Assim, as portas foram abertas para aqueles fantasmas do passado recente que já se considerava serem inapresentáveis.

Mas a história, como sabemos, não se repete. E por muito tempo, nos últimos tempos, tivemos que ouvir os prognósticos tranquilizadores daqueles que viram no perigo nada mais do que um retorno folclórico e transitório do passado, uma “regurgitação” destinada a desaparecer rapidamente.

Ainda faltam as palavras para descrever esse novo totalitarismo. Os termos de que dispomos – como soberanismo, populismo, neonacionalismo, autocracia, ditadura e o próprio totalitarismo – parecem tanto inadequados quanto enganosos. Eles provêm do século passado, cunhados para descrever os fenômenos daquela época, enquanto hoje correm o risco de gerar uma nebulosidade interpretativa. Se, por um lado, levam a crer que se trata meramente de regurgitações, de impulsos regressivos temporários, por outro, impedem enxergar o verdadeiro perigo.

No entanto, a falta de palavras e a consequente falta de categorias políticas não devem impedir a análise e a descrição do que está acontecendo diante de nossos olhos. Pelo contrário, é necessário considerar a amplitude e a profundidade do fenômeno em seus aspectos complexos e intrincados, tanto tentando compreender sua novidade quanto recorrendo a comparações históricas. Somente uma abordagem comparativa pode permitir que o conhecimento dos eventos de ontem lance luz sobre aqueles de hoje. Os fantasmas do fascismo, repetidamente invocados, podem oferecer, portanto, um modelo que está longe de ser ilusório ou fictício.

Hoje, fala-se de novos rostos do fascismo para indicar aquele fenômeno que não se reapresenta com a aparência de Mussolini, Hitler ou Franco, e que não recorre a uma forma de terror totalitário. Nesse sentido, é preciso distinguir, em primeiro lugar, neofascismo e pós-fascismo. O primeiro deve ser entendido como a tentativa de perpetuar o antigo regime por meio de uma referência explícita ou, melhor, de uma aberta reivindicação. É o caso daquela galáxia de facções extremistas e grupos minoritários que se autodenominam fascistas, na esteira de uma descendência ideológica exibida em palavras e ostentada por gestos e símbolos.

O termo pós-fascismo, por outro lado, refere-se ao fenômeno contemporâneo mais amplo. O prefixo “pós” indica a continuidade e a transformação. Uma comparação com o passado parece inevitável, sem ignorar as históricas afinidades e sem subestimar as importantes diferenças.

Assim, pode-se dizer que o conceito de fascismo é, ao mesmo tempo, inapropriado e indispensável para a compreensão do fenômeno atual. Portanto, “pós-fascismo” pode ser considerado um termo provisório no aguardo desse fenômeno assumir contornos mais precisos.

A erosão da democracia já não é novidade, e nenhuma máscara externa conseguiria a essa altura ocultar ou disfarçar o processo que vem ocorrendo há tempo.

De que forma ocorre a erosão da democracia? Em minha opinião, existem duas tendências diferentes, porém complementares, que já podem ser observadas

claramente há algum tempo e que hoje despontam com mais clareza. Abordei esse tema no meu livro, publicado recentemente na Itália, com o título *Tecnofascismo*.

A primeira tendência é a tendência tecnocrática, que se traduz na completa subordinação à economia de uma política reduzida a uma governança administrativa anônima, que serve aos interesses de grandes empresas, indústria militar, bancos e capital financeiro. A segunda é a tendência etnocrática, que se traduz em um exercício familiar do poder e numa gestão dos povos entendidos como hiperfamílias, comunidades naturais fechadas baseadas no nascimento e na descendência, cuja solidez e estabilidade são garantidas por laços de sangue e de terra, aptas a serem abrigos adequados em um mundo cada vez mais caótico e inóspito.

Essas duas tendências aparentemente antitéticas se fundem assim num híbrido sem precedente, uma nova forma de totalitarismo que oblitera a política e decompõe a democracia.

O totalitarismo não é, como geralmente se acredita, uma ditadura, o resultado de um golpe pela força. É mais uma patologia da democracia, que se fecha e entrava. É o “comando total”, a *Herreschaft total* – para traduzir literalmente a famosa fórmula introduzida por Hannah Arendt, que já havia vislumbrado seus desdobramentos. Em meu recente livro, *Democracy and Anarchy*, chamei a primeira tendência de “árquica” e a segunda de arcaica. Correspondem ao comando da tecnologia e ao comando do sangue.

Nas últimas décadas, a globalização neoliberal e a financeirização do capital deslocalizaram os centros do poder real, afastando-os do alcance dos cidadãos e das comunidades historicamente constituídas. Assim, foram se formando redes transnacionais cada vez mais sofisticadas e fluidas, que comandam sem qualquer necessidade de aparatos estatais e institucionais.

Nessas redes, que, até mesmo simbolicamente, circundam o mundo, criou-se uma elite de elites, que concentra em suas mãos uma quantidade crescente de recursos e reivindica o seu uso com todos os direitos e para seu próprio proveito. A cerimônia de posse de Trump transmite perfeitamente a ideia desse poder.

Assim, quase como os soberanos absolutos do passado, mas dispondo de uma concentração de meios técnicos e financeiros, bem como de armas nucleares devastadoras, as elites ocidentais decidiram pela guerra sem nem sequer perguntar pelo consenso de seus cidadãos.

Mas o novo totalitarismo é uma divindade de duas caras; tem duas faces. A tecnocracia é apenas uma delas. Seria, portanto, míope e reduutivo ignorar a outra face. Esse novo poder é, de fato, capaz de reconciliar as dimensões global e local do poder. As grandes redes, assépticas e anônimas, só podem se manter sólidas se se alavancarem num imaginário arcaico.

A gestão dos povos, refém de ressentimento e medo, ocorre por meio de critérios de consanguinidade, de parentesco, ainda que ilusório. O que funciona como uma amálgama é o nacionalismo, que, retomado de novas formas, ainda pode ostentar sólidas raízes populares. A nação é então apresentada como uma gran-

de família capaz de oferecer a seus membros a proteção necessária, garantir a imunidade. Alguns evocam um retorno ao feudalismo, mas isso não representa adequadamente a novidade dessa gestão. Para indicar os aglomerados locais de soberania, que amortecem os efeitos provocados pelo vórtice das redes globais, pode-se falar de clãs. No entanto, esse termo, ainda que apropriado, parece demasiado ligado ao âmbito da criminalidade organizada, que, nesse sentido, também é um modelo que antecipou os tempos.

A tendência tecnocrática e aquela etnocrática, aparentemente antitéticas, combinam-se perfeitamente em um inquietante processo. Resumindo, para indicar a suspensão técnica da democracia, que se combina com um relançamento da soberania em viés étnico, falo de tecnofascismo.

Aqui, eu gostaria de me debruçar sobre o tema da etnocracia, que, a meu ver, é o aspecto peculiar da nova direita. O que significa essa palavra? Por que a prefiro a termos concorrentes como populismo, soberanismo e nacionalismo?

Deixarei de lado a questão do populismo, que já abordei em muitas ocasiões e à qual talvez possa retornar durante a discussão. Aqui, basta dizer que o populismo também é de esquerda e que, quando tem repercussões regressivas, também pode representar uma alternativa.

Em alguns contextos, fala-se de nacionalismo autoritário, enquanto em outros ganhou força recentemente o termo “soberanismo” para indicar a tentativa de restaurar a soberania nacional. Não se trata tanto de defesa ferrenha da nação, mas sim de uma reação à

perda de soberania dos Estados nacionais. Essa reação ocorre em nome de um “nós” que se agrupa em defesa do território e das suas fronteiras. Mas, se observarmos atentamente os desenvolvimentos mais recentes, até mesmo o rótulo “soberanismo” parece reduutivo, pois enfatiza apenas uma parte do fenômeno, ainda que significativa. Contudo, não mostra o sólido nexos dos soberanistas com as redes transnacionais do capital e da tecnologia.

Portanto, pretendo falar de etnocracia para indicar a gestão neototalitária dos povos. Com este neologismo, *etno-cracia*, entendo a redução sistemática do *demos*, isto é, do povo como uma comunidade não definida, ao *ethnos*, à comunidade definida com base na mesma descendência. Isso estabelece o predomínio de um suposto núcleo étnico sobre o restante da população. Dependendo dos casos, esse restante pode receber tratamentos diferentes, mais ou menos tolerantes, mais ou menos violentos.

Como se pode intuir, isso envolve a forma como se interpreta tanto o “povo” quanto a democracia e o seu destino. O deslizamento esporádico pode não ter repercussões significativas. Mas a constante e duradoura deriva étnica deve ser considerada uma patologia totalitária interna da democracia, que fica assim esvaziada e fechada. Portanto, a etnocracia, embora mantenha uma fachada democrática, é em todos os aspectos um regime não democrático. (Darei alguns exemplos a seguir.)

A etnocracia visa fechar a democracia, arregimentando-a em torno de um fundamento e delimitando-a por meio de fronteiras, a fim de controlar o território e governar o povo, que pode ser moldado com um

critério usado como meio de comando e muitas vezes institucionalizado. Uma transformação tão profunda, como aquela que está se desenrolando diante de nossos olhos, é possível graças às ambiguidades inerentes ao conceito de povo e às consequentes repercussões sobre a forma de entender, ou melhor, de se equivocar no entendimento e distorcer a democracia.

Se revisitarmos a história do vocabulário grego, como fiz em *Democracy and Anarchy*, o *demos* parece desde sempre ameaçado pelo *ethnos*. A tensão entre os dois termos pode ser vista como um conflito latente entre duas concepções opostas de povo que hoje, mais do que nunca, se confrontam. Portanto, a antítese *demos-ethnos* oferece uma chave interpretativa indispensável. Nesse sentido, nunca se enfatizará o suficiente que o *demos* não é um *ethnos* e a democracia não é uma *etnocracia*.

A tentativa de englobar um no outro, de naturalizar o povo inserindo-o no esquema étnico, é um pilar do projeto político da nova direita – desde o *Rassemblement National* ao *Fratelli d'Italia*. Muitas vezes, porém, esse objetivo não é declarado abertamente e permanece no pano de fundo, oculto sob o manto da democracia, respeitada no papel. Mas a essência da questão reside justamente na redução da democracia à etnocracia. A reivindicação é repetidamente apresentada pelos ideólogos da nova direita que, em uma crítica ao modernismo, lamentam a massificação do indivíduo, assim privado daquela identidade que apenas o vínculo de descendência poderia assegurar.

Democracia, sim, mas somente se for relido o ideal de igualdade por meio do mito da autoctonia, se a paridade política for reconduzida à homogeneidade étnica.

nica. Quando se direciona um olhar ao passado grego, reconhece-se nessa redução a astuta manobra de Platão que, crítico da democracia, visa amansá-la reinterpretando a igualdade política como afinidade de origem. Quem for de sangue diferente, e de solo diferente, não é igual, não tem direitos e não se enquadra no pertencimento. Quem nascer assim fica de fora. A democracia torna-se uma questão de família. E desse modo funciona por exclusão, ergue fronteiras e não hesita em odiar os estrangeiros.

O mito da autoctonia tem enormes repercussões. Caso contrário seria impossível explicar o nacional-socialismo, a ideia da *Volksgemeinschaft*, a comunidade étnica dos alemães – como recentemente explicou com grande clareza o historiador francês Johann Chapoutot.

Além disso, a estratégia de Platão é replicada no século XX por Carl Schmitt, ainda hoje referência imprescindível da direita em busca de palavras claras e posições definidas. Embora Schmitt aparentemente aceite a democracia, ainda assim, com um arrepiante jogo de palavras, a reduz a uma etnocracia: dentro dela, deverá estar não o que aparenta ser igual, *gleichartig*, mas apenas o que é igual por espécie, por “raça”, *artgleich*. Isso é possível preservando a homogeneidade. Suas palavras são terríveis, porque ele não hesita em reivindicar a “eliminação” e a “aniquilação” do heterogêneo.

À sua maneira, Schmitt acerta em cheio e, abrindo um novo capítulo, não esgotado pelo nacional-socialismo, delineia o quadro político de toda nova direita que vier a surgir. Se lermos o programa do partido *Alternative für Deutschland* (AfD), cujo lema é *Remigração*,

reconheceremos facilmente os motivos delineados pelo jurista alemão. A força da “verdadeira” democracia residiria na sua capacidade de se manter idêntica, afastando, ou mesmo eliminando, o estrangeiro e o desigual, que a levariam à ruína ao alterá-la.

A etnocracia é, portanto, a adoção do modelo familiar na forma de conceber a comunidade política. Como ela é hoje basicamente a nação, a etnocracia é o princípio do *ethnos* explicitado, estabelecido e instituído, a ponto de se tornar o critério para moldar, ou remodelar, o corpo da nação. Isso permite excluir os não pertencentes, cancelar todas as diferenças, na busca obsessiva de garantir a homogeneidade e de preservar as fronteiras. Configura-se aquele ideal da nação-família, internamente tão hostil aos considerados estranhos quanto animada externamente por uma hostilidade generalizada.

A etnocracia atual é bastante distinta do nacionalismo tradicional. Devemos ser rigorosos quanto a isso. Caso contrário, corremos o risco de não compreender seu significado. Há pelo menos três motivos para a distinção entre a etnocracia atual e o nacionalismo tradicional, e eu gostaria de enunciá-los.

A ideologia nacional, quase uma religião civil, desempenha um papel na modernidade, no momento em que vão se formando aquelas comunidades que precisam se imaginar idênticas. Não importa que, para citar Benedict Anderson, sejam imaginárias. O que importa é que dessa forma as nações sejam articuladas e divididas – como no paradigmático caso europeu. Assim etnicizadas, elas se apresentam como comunidades naturais capazes de projetar no futuro aquela mesma identidade de origem ostentada no passado. Portanto,

o nacionalismo é a ideologia que atende a nação, que a ajuda a se formar e a se manter sólida. A etnocracia, por outro lado, é a resposta à dissolução daquela ficção, quando os laços daquele suposto parentesco foram se dissolvendo e as fronteiras foram abertas. Assim, a etnocracia é a reação que tenta trazer a comunidade de volta àquele esquema familiar que parece ter sido perdido.

Mas um motivo adicional é a explicitação do princípio étnico que, se antes tacitamente era pressuposto, hoje se torna um aviso interno e uma advertência externa. Fora da linha genealógica da nação, de sua herança biológica e espiritual, transmitida apenas de pai para filho, os “outros” não são admissíveis como concidadãos. Ai de inscrever estranhos na cidadania. O *demos* deve ser reconduzido ao *ethnos*.

É fácil perceber porque, mesmo apoiando-se no prestígio da nação, a etnocracia não pode ser considerada uma reedição do antigo nacionalismo. Em vez disso, trata-se de um fenômeno que vai além e assume características coercitivas e negativas. É possível, com isso, discernir um terceiro motivo para sua distinção. A etnocracia se vale de novas técnicas de poder, que Michel Foucault chamou de biopolítica: do controle da natalidade às expulsões, da remigração à limpeza étnica. A intenção não é a restauração, evidentemente quimérica, do antigo Estado nacional, mas sim da reformulação biopolítica da comunidade que, na esteira da pertença étnica, deve ser homogênea e sólida, tanto para escapar de formações mais amplas e abrangentes, como o projeto europeu, quanto para contrabalançar o vórtice das mudanças globais.

Não é um acaso que o emblema da ideologia etnocrática seja o trumpismo, que personifica o *Zeitgeist*, o espírito da época atual. Parece, assim, destinada a transformar a fisionomia dos Estados Unidos, que, na ausência de uma nação, sempre estiveram ligados por um patriotismo constitucional. O negociante de sucesso, o construtor de reluzentes torres fálicas que constelam as metrópoles estadunidenses, apresenta-se como o líder capaz de gerir o caos da democracia recorrendo a fantasmáticos critérios étnicos. Apoiado por supremacistas brancos, explora o coração de trevas da América ancestral. Prefiro falar de limpeza étnica no plural – limpezas étnicas. De fato, em vez de constituir o último capítulo sombrio da violência genocida, com o qual se encerrava o século XX, esse fenômeno inaugurou o século XXI, onde se impôs em diferentes áreas do mundo, articulando-se em formas mais latentes e sorrateiras ou mais evidentes e virulentas. Ao contrário do que geralmente se acredita, não se trata de um retorno ao passado, ou a uma barbárie pregressa, mas sim de uma saída do tempo histórico e uma projeção para o mito: aquele da pureza étnica.

A fórmula “limpeza étnica”, cuja origem é desconhecida, assume seu significado atual durante o conflito na Bósnia e Herzegovina, na Guerra dos Balcãs. Interessante é que a primeira palavra a se afirmar foi a palavra servo-croata *čišćenje*, que literalmente significa descontaminação. Somente mais tarde, no jargão militar, foi adicionado o adjetivo *etničko* para indicar que o inimigo era considerado não como tal, mas como pertencente a um grupo étnico. Desde então, a fórmula, adotada também por instituições internacionais como a ONU, ganhou rapidamente força.

As definições que foram propostas estão longe de ser claras. As dúvidas e questionamentos estão ligados não tanto à carência prática das análises, mas ao pressuposto teórico que quase sempre as norteia, ou seja, a ideia de que a limpeza étnica nada mais seria do que um sintoma secundário e esporádico de um antigo nacionalismo em processo de extinção. No entanto, as coisas são diferentes.

Considerando precisamente os eventos dos últimos anos, uma nova definição pode ser tentada: *a limpeza étnica é a recusa sistemática e radical de coabitar com outro que não seja identificado como pertencente ao próprio ethnos*. Essa limpeza, expurgo ou purificação enquadra-se na gestão neototalitária dos povos. O fulcro é a imagem fictícia de uma unidade homogênea que deve ser defendida e preservada. Tal contração identitária leva a enrijecer o povo, que se coagula em torno de uma essência feita de sangue e solo. É nesse ponto que o *demos* se reduz a *ethnos*.

O desafio de uma cidadania comum é respondido com a fuga para a comunidade imaginada; a abertura do *demos* é contrariada pelo entrincheiramento no *ethnos*. Não é difícil intuir assim o nexo que liga a limpeza étnica à democracia. Isso não significa que não possam ser encontrados desde a antiguidade vestígios dispersos, episódios isolados e sangrentos. Não se equivoca, portanto, o sociólogo britânico Michael Mann, que vê nesse fenômeno o “lado sombrio” da democracia. Contudo, trata-se de muito mais do que uma simples sombra.

Em minha opinião, a limpeza étnica está inscrita na arqueologia da democracia. Portanto, é ao mesmo tempo arcaica e hipermoderna. É arcaica – não primi-

tiva – porque é causada pelo fechamento ‘árquico’ da democracia, pela tentativa de recuperar a *arché*, o princípio do comando. É hipermoderna porque vai além do cenário da modernidade, no qual o processo do *Nation-Building* já está completo, ou seja, no qual as nações já estão formadas, enquanto, ao contrário, se teme o risco de que possam se dissolver. Então, a força reivindicativa do *ethnos* assume o controle.

A limpeza étnica sempre exige e pressupõe uma etnocracia, ou seja, uma circunscrição do *demos* aos laços de parentesco e às raízes territoriais. E o inverso também é verdadeiro: toda tentativa de remodelação é um alerta contra uma deriva etnocrática.

Quando uma democracia descamba para a limpeza étnica? Os regimes autoritários, que historicamente detêm o monopólio de opressões e abusos, exercem um poder violento capaz de manter as minorias sob controle e reprimi-las. Devido à sua inerente abertura, por sua vez a democracia fica exposta à instabilidade.

Pode acontecer que prevaleça uma angústia difusa, não um medo específico, mas um imaginário de destruição e morte. Isso é provocado por momentos de profunda crise, nos quais a história parece avançar de modo confuso, enquanto desaparecem os pontos de orientação que pareciam sólidos. O que antes era uma abertura vital passa a ser visto como uma rachadura, aliás, uma falha danosa e letal. Num processo identitário se recompõe um “nós”, dobrado e encerrado na obsessiva busca por uma casca protetora.

A identidade nada mais é do que essa defesa, esse escudo ilusório para enfrentar traumas e convulsões. Enquanto internamente ocorre uma fusão com o que

é percebido como grupo de pertença, externamente até a menor diferença é frisada e acentuada. A recomposição do “nós” é acompanhada pela estigmatização do outro. Mais ainda: o “nós” se reconstitui contra o outro – não aquele distante, mas sim o vizinho, o mais próximo. Os melhores inimigos são recrutados na semelhança e na proximidade. Os fantasmas da destruição se alimentam de representações hostis. Quando o próprio destino parece escapar por entre os dedos, a sensação de impotência aumenta e a angústia cresce desmedidamente.

Nesse horizonte paranoico, podem ser ativados facilmente mecanismos regressivos aptos a levar até um conflito arcaico. Da angústia de ser destruído à possibilidade de destruir o outro, o passo é curto. Entram em ação aqui aqueles discursos políticos que indicam o alvo a ser atingido, o obstáculo a ser eliminado, aquele nefasto “eles” responsável por todos os males do “nós”. É por meio do ódio que a angústia difusa se acumula, concentrada em um medo definido e é dirigida contra a figura hostil do outro. O “nós” pode sair da crise que o aflige, superar o trauma, libertar-se da angústia e livrar-se da sensação de impotência ao custo da rejeição do outro. É assim que se remodela e se regenera.

O processo identitário encontra no critério étnico seu veículo mais comprovado, seu remédio mais eficaz. O corpo do “nós” acima de tudo requer uma cura, que envolve limpeza, depuração e expurgo. O *demos* indefinido e aberto se fecha sobre si mesmo e se submete ao *ethnos*, pronto para assumir o comando. A mítica identidade perdida deve ser recuperada depurando o corpo graças a uma tão benéfica quanto inevitável

ação de limpeza. Custe o que custar. Depois disso, se procede à identificação de tudo o que é impuro, tudo o que contamina e altera, o outro nocivo e imundo.

O Uno étnico é um coletivo paranoico que, dominado pela ansiedade da imunização, não terá dificuldade em se libertar de todos os outros percebidos como ameaça. O renascimento identitário do Uno contra o Outro já revela o desejo inconfessável do Uno sem o Outro. Essa obsessão frenética, essa veleidade furiosa e ilusória, já abre as portas para um contexto totalizante e totalitário. Nesse ponto, a democracia já foi descartada. Os estágios são obviamente múltiplos, mas em um processo de transição, de um *continuum* inquietante.

A limpeza étnica realiza-se com a ação destinada a depurar o corpo de um povo para moldá-lo e remodelá-lo. Para esse fim, cortes e incisões são feitos para marcar limites definidos. O ato de limpeza é étnico tanto porque visa estabelecer limites sólidos entre grupos considerados distintos quanto porque é promovido e implementado por um *ethnos* que assim se impõe. É evidente que sobras, resíduos e descartes devem ser de alguma forma expulsos e apagados.

Como a história das últimas décadas ensina, pode-se passar de simples medidas administrativas para medidas eliminacionistas: identificar, classificar, estigmatizar, discriminar, selecionar, isolar, excluir, expulsar, deportar, internar, deter, descartar, exterminar. Nesse *continuum* de radicalização poderiam certamente ser adicionadas outras etapas. No entanto, a variedade de formas, métodos e graus não deve fazer com que se perca de vista o projeto subjacente de depuração.

Trata-se, de fato, de uma política elaborada e sistemática destinada a tornar um território etnicamente homogêneo. Isso facilita assumir o seu controle, inclusive sob o aspecto estratégico-militar. Mas, para além desse objetivo local e circunscrito, não deve ser negligenciado um projeto bem mais amplo e abrangente: provocar uma virada irreversível na redefinição do mundo numa base étnica. Isso significa criar territórios forçadamente homogêneos, onde determinados povos possam desfrutar de uma supremacia incondicional e de uma defesa sólida e inabalável. Esse projeto de longo prazo inclui também a possibilidade de se livrar de tudo o que não se enquadra nas balizas etnodemográficas, ou seja, de todos os descartes supérfluos que podem ser movidos, deslocados, mantidos às margens, tornados imóveis, invisíveis, neutralizados.

Não é difícil perceber nesse projeto de composição monoétnica o ápice da gestão neototalitária dos povos. Em sua base está presente aquela violência que pretende atribuir ao corpo alheio um lugar específico, dispor dele situando-o espacialmente, transferi-lo, confiná-lo, expulsá-lo – até mesmo destruí-lo. Mais do que explosões isoladas de brutalidade, trata-se de uma gestão técnico-administrativa, que por vezes pode travar, revelando sua face implacável.

O que inspira essa biopolítica, que hoje se mostra cada vez mais evidente e tangível, é a necessidade impossível da imunização, o sonho exasperado de proteger e salvaguardar o corpo carnal do povo. Todo risco de contaminação deve, portanto, ser evitado e afastado. Daí o enorme esforço organizacional, o controle capilar, a necessidade impelente de evitar qualquer contato com o corpo do outro, considerado em condições

de manchar, corromper e estragar. Estamos aqui bem distantes de qualquer respeito tolerante em relação à minoria – para usar um obsoleto léxico moderno.

O sonho da imunização projeta para um horizonte paranoico onde, numa ansiedade mortífera de sobrevivência, torna-se insuportável até a mais leve sensação de vulnerabilidade. Tornam-se então indispensáveis todas aquelas estratégias que podem contribuir para um afastamento preventivo do perigo. Toda medida torna-se lícita desde que se erga uma barreira. Um refinado dispositivo tecnológico, por mais eficiente que seja, ainda assim não consegue ocultar os resultados. Distanciar, isolar e segregar são estágios que antecedem a eliminação.

No *continuum* que se delinea, a limpeza étnica é um prelúdio para o genocídio. As fronteiras são lábeis e a limpeza pode facilmente deslizar no genocídio precisamente devido às múltiplas zonas cinzentas. O genocídio deve ser visto como a forma extrema de limpeza étnica. Afinal, na prática de limpeza de um território, com a intenção de torná-lo etnicamente homogêneo, é difícil determinar em que ponto parar.

Muitos estudiosos concordam que o genocídio comporta a eliminação física de outro povo, enquanto a limpeza étnica visa deslocar, expulsar – a ponto de apagar todo vestígio visível. Enquadram-se aqui, portanto, todos os casos de deportação forçada, inclusive os mais novos e atuais chamados de repatriação para países terceiros e remigração. Nesse sentido, uma distinção clara parece possível, até mesmo do ponto de vista conceitual.

Contudo, onde realmente pode se interromper a segregação, que, em contextos de alta densidade, corre o risco de se tornar uma ameaça ainda maior? E como fazer realmente desaparecer da vista o outro, que já em si representa a contaminação? É por isso que, embora a limpeza étnica não leve necessariamente ao genocídio, pode, em muitos casos, transbordar.

A necessidade de imunização é um sonho fadado a se despedaçar. Isso intensifica a sensação de insegurança e aumenta o medo. À medida que a sombra do outro aflora por toda parte, a própria vulnerabilidade reaparece de forma mais inescapável do que nunca. A ferida, o *vulnus*, que se pretendia suturar, continua ali, ainda aberta. Aí começa a prevalecer a obsessão pela sobrevivência, em uma espiral paranoica segundo a qual somente acumulando mortos e ruínas parece possível sentir-se em segurança.

De modo paradoxal, *justamente o “nós” que se sente mais vulnerável fica exposto ao perigo de direcionar-se para uma política de viés genocida*. O outro é eliminado pela falta de reconhecimento, enquanto se busca a quimera de uma imunização absoluta e definitiva.

Onde a coabitação entre povos é considerada politicamente impossível, emergem as violências identitárias e se afirmam as limpezas étnicas, visando afastar o outro, deslocá-lo ou deportá-lo, para assumir o controle do território.

Tornam-se então explosivas todas aquelas áreas multiétnicas, que devem suas características seja a uma longa história pregressa, por exemplo como resultado da dissolução de grandes impérios, seja – e agora muito mais frequentemente – pelo efeito da globalização.

Se a política rejeita o desafio do coabitar, abrem-se inevitavelmente cenários de conflitualidade bélica. O caso da Europa oriental é paradigmático, onde as fronteiras – como a russo-ucraniana – sempre foram incertas e flutuantes. A escolha de uma necropolítica da guerra torna-se, então, o único caminho disponível.

Quando se busca uma composição monoétnica dos povos, na linha da nova direita, não surpreende que a migração seja tratada como guerra e os migrantes como inimigos. Não por acaso o tema da homogeneidade étnica domina todas as plataformas dos partidos que se colocam em tal espectro político. A começar pelos europeus, onde se apresenta de forma particularmente exasperada. Tratei disso no meu livro, publicado no Brasil em 2019, *Estrangeiros residentes*. Desde então, a situação até se agravou. O que importa são os limites étnicos do “povo”, o pertencimento e o não pertencimento. A migração é apresentada como uma ameaça que prejudica a estabilidade e a integridade.

Isso explica por que as fronteiras se tornaram verdadeiras “máquinas de triagem” que, capazes de se estender além do território, seguem um critério monoétnico de atribuição. Muito além das cercas e dos muros do passado, essas *smart borders*, capazes de fornecer um controle biométrico, podem contribuir decisivamente para garantir simultaneamente a mobilidade para uns e a imobilidade para outros. Assim, esses complexos dispositivos técnicos projetam e definem uma hierarquia global que responde ao cenário almejado pela nova direita.

Estou me encaminhando para a conclusão. Não tenho tempo aqui para abordar, como fiz em outras oportunidades, a questão da guerra de Gaza. Não es-

taria dentro do meu escopo. O que, ao contrário, está dentro é justamente o fato de que a palavra “etnocracia” foi – corretamente, a meu ver – aplicada pela primeira vez precisamente no caso de Israel. Isso faz de Israel não um caso em si e isolado, mas um caso que se enquadra na tendência geral da nova guinada etnoautoritária. Nesse aspecto, o Estado de Israel aparece quase como um laboratório.

Ao longo dos anos, a democracia israelense degenerou em uma etnocracia. A hebraicidade sufocada por vínculos nacionais, foi substituída pela crescente discriminação contra aqueles cidadãos outros, os palestinos, que, ao longo dos anos, foram gradualmente privados de seus direitos e expostos a uma violência generalizada e capilar, tanto nos territórios ocupados militarmente quanto, de diversas maneiras, dentro das fronteiras de Israel. O ápice disso foi a lei aprovada em 18 de julho de 2018 pelo Knesset, que declara “Israel o Estado-nação do povo judeu”.

Essa lei estabelece que somente os judeus – e não os árabes – têm o direito à autodeterminação dentro das fronteiras. Além disso, considera o assentamento judaico, bem como seu desenvolvimento, um valor nacional, rebaixa o árabe de língua oficial para língua com *status* especial. Os árabes israelenses, assim como os drusos e outros não judeus, são minorias toleradas.

Sustentada, antes e depois, pela introdução de agências, ministérios e instituições destinadas a definir e fortalecer a identidade judaica, essa lei representa a meta perseguida durante décadas por aquela extrema-direita que teve como ponto de referência não o sionismo tradicional de Vladimir Jabotinsky, mas a ideologia ultranacionalista europeia de Abba Ahimeir, o intelec-

tual russo que olhava com entusiasmo para o fascismo italiano de Mussolini. A lei define explicitamente o princípio étnico, que se torna um alerta interno e uma advertência externa. O *demos* é reconduzido ao *ethnos*, e a democracia revela-se uma etnocracia.

Apesar das suas peculiaridades e complicações, Israel torna-se um caso paradigmático, um laboratório para observar de perto a rápida afirmação de uma nova forma política para a qual é inicialmente difícil encontrar um nome. Longe da *Herrenvolk democracy*, aquele etnoestado branco que, por exemplo na África do Sul do *apartheid*, reserva todos os direitos a uma única etnia, Israel concede direitos individuais a todos os cidadãos, exceto, porém, daqueles comunitários, que permanecem unicamente para o grupo dominante. Embora o sociólogo Sammy Smootha tenha falado de “democracia étnica”, em uma versão mais *soft*, outros, como o geógrafo Oren Yiftachel, chegaram à fórmula “etnocracia”, que transmite apropriadamente esse novo regime dividido entre um revestimento democrático e um núcleo étnico. Ter o amparo dos direitos não significa acesso à comunidade, que, ao contrário, é reservada e fechada.

Aqui, vemos realizado o modelo defendido por Yoram Hazony, o cientista político israelense-estadunidense que, além de ter contribuído para os programas de Netanyahu, delineou em seu *best-seller* intitulado *As Virtudes do Nacionalismo* (publicado em 2018 e traduzido para mais de vinte idiomas), o manifesto da nova direita trompista, tornando-se rapidamente o ideólogo preferido de Mateusz Morawiecki e Giorgia Meloni.



Concluo: o que vale para Israel também vale para qualquer potencial etnocracia. Não se pode permitir que o ódio mútuo se instaure como soberano mortífero e governe as vidas, aprisionando-as em uma espiral de sofrimento e destruição. Os conflitos atuais representam a derrota e o fracasso de políticas incapazes de dar espaço ao outro, de pensar a coabitação.

Donatella di Cesare



Donatella Di Cesare. Filósofa, ensaísta e colunista italiana que leciona Filosofia Teorética na Universidade “La Sapienza”, de Roma. É uma das pensadoras mais influentes no debate público italiano e internacional, seja acadêmico, seja midiático. Colabora em vários jornais e revistas, incluindo L’Espresso e Il Manifesto. Seus livros e ensaios são traduzidos mundialmente, dentre os quais destacamos: *O complô no poder* (Aynè, 2022), *Vírus soberano? A asfixia capitalista* (Aynè, 2020) e *Terror e modernidade* (Aynè, 2019).

ENTREVISTAS DO IHU COM DONATELLA DI CESARE

- [“A esquerda deveria sair do estupor que a acomete e reagir antes que seja tarde demais”. Entrevista especial com Donatella Di Cesare](#)
- [O Islã e o niilismo apocalíptico: a esperança está na humanidade comum. Entrevista especial com Donatella di Cesare](#)
- [El Islam y el nihilismo apocalíptico: la esperanza está en la humanidad común. Entrevista con Donatella di Cesare \(IHU/Adital\)](#)

ARTIGOS E ENTREVISTAS COM DONATELLA DI CESARE PUBLICADOS PELO IHU

- [A erosão da democracia em nome do tecnofascismo. Artigo de Donatella Di Cesare](#)



- [Guerra e efeito dominó: as causas do voto na AfD. Artigo de Donatella Di Cesare](#)
- [O que é e como opera o negacionismo? Entrevista com Donatella Di Cesare](#)
- [“Há um conspirador em cada um de nós”. Entrevista com Donatella Di Cesare](#)
- [Manifestar-se pela paz e parar essa loucura. Artigo de Donatella Di Cesare](#)
- [O falso mito da Ucrânia soberana com fronteiras livres. Artigo de Donatella Di Cesare](#)
- [Eu estou com as crianças \(todas\). De fato, eu digo “Não às armas”. Artigo de Donatella Di Cesare](#)
- [Paz, Putin e o Ocidente. Minha opinião divergente. Artigo de Donatella Di Cesare](#)
- [Não aceitamos a derrota da diplomacia. Artigo de Donatella Di Cesare](#)
- [Os destinos da Europa e a paz dos vivos. Artigo de Donatella di Cesare](#)
- [Shaul, o judeu subversivo. Artigo de Donatella di Cesare](#)
- [Caro Agamben, te escrevo. Artigo de Donatella di Cesare](#)
- [Cacciari e Agamben numa ladeira desastrosa. Artigo de Donatella Di Cesare](#)
- [O direito de morrer e a arte de viver. Artigo de Donatella Di Cesare](#)
- [Caros Agamben e Cacciari, pensemos em quem não está protegido. Artigo de Donatella Di Cesare](#)



- [“Caros Agamben e Cacciari, a verdadeira discriminação é entre quem foi vacinado e quem não foi.” Artigo de Donatella Di Cesare](#)
- [Simone Weil: retirar-se de si para dar lugar ao outro. Artigo de Donatella Di Cesare](#)
- [Os erros de Erdogan e Macron. Artigo de Donatella Di Cesare](#)
- [A violência policial como dispositivo da ordem política. Artigo de Donatella Di Cesare](#)
- [“O vírus freou a asfixia capitalista.” Entrevista com Donatella Di Cesare](#)
- [Ivan Illich, as profecias de um pária. Artigo de Donatella Di Cesare](#)
- [Até mesmo para o estado de exceção, o medo é um boomerang. Artigo de Donatella Di Cesare](#)
- [Do sonambulismo de massa à exofobia. Artigo de Donatella Di Cesare](#)
- [Em louvor da desobediência. Artigo de Donatella Di Cesare](#)
- [Bauman, crítico da modernidade, e as existências líquidas sempre em risco. Artigo de Donatella Di Cesare](#)
- [Emigrar é um ato político. Artigo de Donatella Di Cesare](#)
- [O gesto extremo contra os pais “traidores”. Artigo de Donatella Di Cesare](#)
- [Fornos crematórios na Síria: o fogo que evoca o abismo. Artigo de Donatella Di Cesare](#)



- [Bauman, o Holocausto e o nexó entre horror e modernidade. Artigo de Donatella Di Cesare](#)
- [Mulheres cobertas, dignidade ferida. Artigo de Donatella Di Cesare](#)
- [Quando o Islã desloca o terceiro-mundismo e a teologia da libertação. Artigo de Donatella Di Cesare](#)



CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 A teoria da justiça de John Rawls – José Nedel
- N. 02 O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas – Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo – Sonia Montañó
- N. 04 Ernani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 O ruído de guerra e o silêncio de Deus – Manfred Zeuch
- N. 06 BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo – Renato Janine Ribeiro
- N. 07 Mundos televisivos e sentidos identitários na TV – Suzana Kilpp
- N. 08 Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho – Márcia Lopes Duarte
- N. 09 Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada – Valério Cruz Brittos
- N. 10 Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo – Édison Luis Gastaldo
- N. 11 Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz – Márcia Tiburi
- N. 12 A domesticação do exótico – Paula Caleffi
- N. 13 Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular – Edla Eggert
- N. 14 Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS – Gunter Axt
- N. 15 Medicina social: um instrumento para denúncia – Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 Mudanças de significado da tatuagem contemporânea – Débora Krischke Leitão
- N. 17 As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade – Mário Maestri
- N. 18 Um itinerário do pensamento de Edgar Morin – Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 Os donos do Poder, de Raymundo Faoro – Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 Sobre técnica e humanismo – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 Construindo novos caminhos para a intervenção societária – Lucilda Selli
- N. 22 Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial – Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático – Valério Rohden
- N. 24 Imagens da exclusão no cinema nacional – Miriam Rossini
- N. 25 A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação – Nísia Martins do Rosário
- N. 26 O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – Rosa Maria Serra Bavarese
- N. 27 O modo de objetivação jornalística – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 A cidade afetada pela cultura digital – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 Getúlio, romance ou biografia? – Juremir Machado da Silva
- N. 31 A crise e o êxodo da sociedade salarial – André Gorz
- N. 32 À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades – André Sidnei Musskopf
- N. 33 O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos – Marco Aurélio Santana
- N. 35 Adam Smith: filósofo e economista – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos



- N. 36 Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica – Ailton Luiz Jungblut
- N. 37 As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes – Fernando Ferrari Filho
- N. 38 Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil Colonial – Luiz Mott
- N. 39 Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo – Gentil Corazza
- N. 40 Corpo e Agenda na Revista Feminina – Adriana Braga
- N. 41 A (anti)filosofia de Karl Marx – Leda Maria Paulani
- N. 42 Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa” – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistemática de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo – Gérard Donnadieu
- N. 45 A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica – Lothar Schäfer
- N. 46 “Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju – Ceres Karam Brum
- N. 47 O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter – Achyles Barcellos da Costa
- N. 48 Religião e elo social. O caso do cristianismo – Gérard Donnadieu
- N. 49 Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras – Evilázio Teixeira
- N. 51 Violências: O olhar da saúde coletiva – Érida Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 Ética e emoções morais – Thomas Kesselring
- N. 53 Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral? – Adriano Naves de Brito
- N. 53 Computação Quântica. Desafios para o Século XXI – Fernando Haas
- N. 54 Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil – An Vranckx
- N. 55 Terra habitável: o grande desafio para a humanidade – Gilberto Dupas
- N. 56 O decrescimento como condição de uma sociedade convivial – Serge Latouche
- N. 57 A natureza da natureza: auto-organização e caos – Günter Küppers
- N. 58 Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades – Hazel Henderson
- N. 59 Globalização – mas como? – Karen Gloy
- N. 60 A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida – Cesar Sanson
- N. 61 Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo – Regina Zilberman
- N. 62 Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo – Artur Cesar Isaia
- N. 65 Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical – Léa Freitas Perez
- N. 66 Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675) – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa – João Guilherme Barone
- N. 68 Contingência nas ciências físicas – Fernando Haas



- N. 69 A cosmologia de Newton – Ney Lemke
N. 70 Física Moderna e o paradoxo de Zenon – Fernando Haas
N. 71 O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade – Miriam de Souza Rossini
N. 72 Da religião e de juventude: modulações e articulações – Léa Freitas Perez
N. 73 Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa – Eduardo F. Coutinho
N. 74 Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho – Mário Maestri
N. 75 A Geologia Arqueológica na Unisinos – Carlos Henrique Nowatzki
N. 76 Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto – Ana Maria Lugão Rios
N. 77 Progresso: como mito ou ideologia – Gilberto Dupas
N. 78 Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda – Octavio A. C. Conceição
N. 79 Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul – Moacyr Flores
N. 80 Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território – Amo Alvarez Kern
N. 81 Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula – Gláucia de Souza
N. 82 Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de “sindicalismo populista” em questão – Marco Aurélio Santana
N. 83 Dimensões normativas da Bioética – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
N. 84 A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza – Attico Chassot
N. 85 Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo – Patrícia Almeida Ashley
N. 86 Autonomia na pós-modernidade: um delírio? – Mario Fleig
N. 87 Gauchismo, tradição e Tradicionalismo – Maria Eunice Maciel
N. 88 A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz – Marcelo Perine
N. 89 Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade – Laurício Neumann
N. 90 Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida – Maria Cristina Bohn Martins
N. 91 Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo – Franklin Leopoldo e Silva
N. 92 Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática – Daiane Martins Bocasanta
N. 93 A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro – Carlos Alberto Steil
N. 94 Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos – Cesar Sanson
N. 95 De volta para o futuro: os precursores da nanotecnociência – Peter A. Schulz
N. 96 Vianna Moog como intérprete do Brasil – Enildo de Moura Carvalho
N. 97 A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica – Marinês Andrea Kunz
N. 98 Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões – Susana Maria Rocca Larrosa
N. 99 Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house – Vanessa Andrade Pereira
N. 100 Autonomia do sujeito moral em Kant – Valerio Rohden
N. 101 As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1 – Roberto Camps Moraes
N. 102 Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência – Adriano Premebida
N. 103 ECODE – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso – Eliane Schlemmer

- N. 104 As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2 – Roberto Camps Moraes
- N. 105 Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos – Paula Corrêa Henning
- N. 107 Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, terno e democrático? – Telmo Adams
- N. 109 Transumanismo e nanotecnologia molecular – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 Formação e trabalho em narrativas – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda – Denis Simões
- N. 113 Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra – Esp. Yentl Delanhési
- N. 114 SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro – Sonia Montaña
- N. 115 Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites – Carlos Daniel Baioto
- N. 116 Humanizar o humano – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 Colonizando e descolonizando mentes – Marcelo Dascal
- N. 119 A espiritualidade como fator de proteção na adolescência – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 A dimensão coletiva da liderança – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos – Eduardo R. Cruz
- N. 122 Direito das minorias e Direito à diferenciação – José Rogério Lopes
- N. 123 Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios – Wilson Engelmänn
- N. 124 Desejo e violência – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 As nanotecnologias no ensino – Solange Binotto Fagan
- N. 126 Câmara Cascudo: um historiador católico – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável – Paulo Roberto Martins
- N. 131 A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 Linguagem, singularidade e atividade de trabalho – Marlene Teixeira e Éderson de Oliveira Cabral
- N. 133 A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann – Leonardo Grison
- N. 134 Motores Biomoleculares – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 As redes e a construção de espaços sociais na digitalização – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstróem suas vidas – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis – Maria Cristina Bohn Martins

- N. 139 Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades – Marise Borba da Silva
- N. 140 Platão e os Guarani – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 Direitos humanos na mídia brasileira – Diego Airoso da Motta
- N. 142 Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio – Greyce Vargas
- N. 143 Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 Inclusão e Biopolítica – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente – Bianca Sordi Stock
- N. 146 Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD – Camila Moreno
- N. 147 O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais – Caetano Sordi
- N. 148 Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS – Fernanda Schutz
- N. 149 Cidadania, autonomia e renda básica – Josué Pereira da Silva
- N. 150 Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética – José Rogério Lopes
- N. 151 As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou “por que voltar ao México 100 anos depois” – Claudia Wasserman
- N. 153 Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate – Stefano Zamagni
- N. 154 Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'ýikue no município de Caarapó-MS – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica – Stefano Zamagni
- N. 156 Intermittências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento – Stefano Zamagni
- N. 158 “Passemos para a outra margem”: da homofobia ao respeito à diversidade – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 A ética católica e o espírito do capitalismo – Stefano Zamagni
- N. 160 O Slow Food e novos princípios para o mercado – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião – André Brayner de Farias
- N. 162 O modus operandi das políticas econômicas keynesianas – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas – André Luiz da Silva
- N. 164 Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich? – Serge Latouche
- N. 165 Agostos! A “Crise da Legalidade”: vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 Convivialidade e decrescimento – Serge Latouche
- N. 167 O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 O decrescimento e o sagrado – Serge Latouche
- N. 169 A busca de um ethos planetário – Leonardo Boff
- N. 170 O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo – Marco Antonio de Abreu Scapini



- N. 171 Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes – Gerson Egas Severo
- N. 172 Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais – Bruno Pucci
- N. 173 Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral – João Roberto Barros II
- N. 174 Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas – Marcelo Fabri
- N. 175 Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 Um caminho de educação para a paz segundo Locke – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente; solo pica a los descalzados – Lenio Luiz Streck
- N. 179 Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro – José Rogério Lopes
- N. 183 A Europa e a ideia de uma economia civil – Stefano Zamagni
- N. 184 Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como “discurso-limite”) – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade – Stefano Zamagni
- N. 186 A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção – Luis David Castiel
- N. 189 Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero – Marlene Tamanini
- N. 190 Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito – Claudia Fonseca
- N. 191 #VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 A ciência em ação de Bruno Latour – Leticia de Luna Freire
- N. 193 Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico – Adolfo Nicolás
- N. 197 Brasil: verso e reverso constitucional – Fábio Konder Comparato
- N. 198 Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari



- N. 200 Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética – Jordi Maiso
- N. 202 Fim da Política, do Estado e da cidadania? – Roberto Romano
- N. 203 Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania – Maria da Glória Gohn
- N. 204 As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend – Miguel Ângelo Flach
- N. 205 Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro – Fábio Konder Comparato
- N. 206 Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual – Karla Saraiva
- N. 207 Territórios da Paz: Territórios Produtivos? – Giuseppe Cocco
- N. 208 Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 As possibilidades da Revolução em Ellul – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben – Márcia Rosane Junges
- N. 211 Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo – Sandra Caponi
- N. 212 Verdade e História: arqueologia de uma relação – José D'Assunção Barros
- N. 213 A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ – José Odelso Schneider
- N. 214 Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze – Sandro Chignola
- N. 215 Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 A realidade complexa da tecnologia – Alberto Cupani
- N. 217 A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend – Hans Georg Flickinger
- N. 218 O ser humano na idade da técnica – Humberto Galimberti
- N. 219 A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre – Halina Macedo Leal
- N. 220 O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil – José Eduardo Franco
- N. 221 Neurofuturos para sociedades de controle – Timothy Lenoir
- N. 222 O poder judiciário no Brasil – Fábio Konder Comparato
- N. 223 Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão – Jesús Conill Sancho
- N. 224 O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867) – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais – Xavier Albó
- N. 226 Justiça e perdão – Xabier Etxeberria Mauleon
- N. 227 Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor) – Martín Almada
- N. 228 A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo – Sandro Chignola
- N. 229 Um olhar biopolítico sobre a bioética – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida – Jesús Conill Sancho
- N. 232 Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança – Elsa Cristine Bevilan
- N. 234 O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira – Róber Iturriet Avila & João Batista Santos Conceição
- N. 235 Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945) – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 Economias Biopolíticas da Dívida – Michael A. Peters

- N. 237 Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação – Halina Macedo Leal
- N. 238 O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global? – Leandro Inácio Walter
- N. 239 Brasil: A dialética da dissimulação – Fábio Konder Comparato
- N. 240 O irrepresentável – Homero Santiago
- N. 241 O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 242 Uma crise de sentido, ou seja, de direção – Stefano Zamagni
- N. 243 Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão – Dirce Koga
- N. 244 A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal – Alexandre Filordi de Carvalho
- N. 245 Esquecer o neoliberalismo: aceleração como terceiro espírito do capitalismo – Moysés da Fontoura Pinto Neto
- N. 246 O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo – Andrea Fumagalli
- N. 247 Educação, indivíduo e biopolítica: A crise do governo – Dora Lilia Marín-Díaz
- N. 248 Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia – Roberto Romano
- N. 249 Jesuítas em campo: a Companhia de Jesus e a questão agrária no tempo do CLACIAS (1966-1980) – Iraneidson Santos Costa
- N. 250 A Liberdade Viglada: Sobre Privacidade, Anonimato e Vigilantismo com a Internet – Pedro Antonio Dourado de Rezende
- N. 251 Políticas Públicas, Capitalismo Contemporâneo e os horizontes de uma Democracia Estrangeira – Francini Lube Guizardi
- N. 252 A Justiça, Verdade e Memória: Comissão Estadual da Verdade – Carlos Frederico Guazzelli
- N. 253 Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: quais as nossas cidades? – Vinícius Nicastro Honesko
- N. 254 Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva – Jean-Bosco Kakozi Kashindi
- N. 255 Mobilização e ocupações dos espaços físicos e virtuais: possibilidades e limites da reinvenção da política nas metrópoles – Marcelo Castañeda
- N. 256 Indicadores de Bem-Estar Humano para Povos Tradicionais: O caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia Brasileira – Luiz Felipe Barbosa Lacerda e Luis Eduardo Acosta Muñoz
- N. 257 Cerrado. O laboratório antropológico ameaçado pela desterritorialização – Altair Sales Barbosa
- N. 258 O impensado como potência e a desativação das máquinas de poder – Rodrigo Karmy Bolton
- N. 259 Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical? – Moysés Pinto Neto
- N. 260 Itinerários versados: redes e identizações nas periferias de Porto Alegre? – Leandro Rogério Pinheiro
- N. 261 Fugindo para a frente: limites da reinvenção da política no Brasil contemporâneo – Henrique Costa
- N. 262 As sociabilidades virtuais glocalizadas na metrópole: experiências do ativismo cibernético do grupo Direitos Urbanos no Recife – Breno Augusto Souto Maior Fontes e Davi Barboza Cavalcanti
- N. 263 Seis hipóteses para ler a conjuntura brasileira – Sauro Bellezza
- N. 264 Saúde e igualdade: a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS) – Stela N. Meneghel
- N. 265 Economia política aristotélica: cuidando da casa, cuidando do comum – Armando de Melo Lisboa
- N. 266 Contribuições da teoria biopolítica para a reflexão sobre os direitos humanos – Aline Albuquerque
- N. 267 O que resta da ditadura? Estado democrático de direito e exceção no Brasil – Giuseppe Tosi
- N. 268 Contato e improvisação: O que pode querer dizer autonomia? – Alana Moraes de Souza

- N. 269 A perversão da política moderna: a apropriação de conceitos teológicos pela máquina governamental do Ocidente – Osiel Lourenço de Carvalho
- N. 270 O campo de concentração: Um marco para a (bio) política moderna – Viviane Zarembski Braga
- N. 271 O que caminhar ensina sobre o bem-viver? Thoreau e o apelo da natureza – Flavio Williges
- N. 272 Interfaces da morte no imaginário da cultura popular mexicana – Rafael Lopez Villasenor
- N. 273 Poder, persuasão e novos domínios da(s) identidade(s) diante do(s) fundamentalismo(s) religioso(s) na contemporaneidade brasileira – Celso Gabatz
- N. 274 Tarefa da esquerda permanece a mesma: barrar o caráter predatório automático do capitalismo – Acauam Oliveira
- N. 275 Tendências econômicas do mundo contemporâneo – Alessandra Smerilli
- N. 276 Uma crítica filosófica à teoria da Sociedade do Espetáculo em Guy Debord – Atílio Machado Peppe
- N. 277 O Modelo atual de Capitalismo e suas formas de Captura da Subjetividade e de Exploração Social – José Roque Junges
- N. 278 Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo – Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Mury Scalco
- N. 279 O mal-estar na cultura medicamentalizada – Luis David Castiel
- N. 280 Mistérios da economia (divina) e do ministério (angélico).
Quando a teologia fornece um paradigma para a filosofia política e esta retroage à teologia – Alain Gignac
- N. 281 A Campanha da Legalidade e a radicalização do PTB na década de 1960. Reflexos no contexto atual – Mário José Maestri Filho
- N. 282 A filosofia moral de Adam Smith face às leituras reducionistas de sua obra: ensaio sobre os fundamentos do indivíduo egoísta contemporâneo – Angela Ganem
- N. 283 Vai, malandra. O despertar ontológico do planeta fome – Armando de Melo Lisboa
- N. 284 Renda básica em tempos difíceis – Josué Pereira da Silva
- N. 285 Isabelle Stengers No tempo das catástrofes. Quinze questões e um artifício sobre a obras – Ricardo de Jesus Machado
- N. 286 O “velho capitalismo” e seu fôlego para dominação do tempo e do espaço – Luiz Gonzaga Belluzzo
- N. 287 A tecnologia na vida cotidiana e nas instituições: Heidegger, Agamben e Sloterdijk – Itamar Soares Veiga
- N. 288 Para arejar a cúpula do judiciário – Fábio Konder Comparato
- N. 289 A Nova Previdência via de transformação estrutural da seguridade social brasileira – Marilinda Marques Fernandes
- N. 290 A Universidade em busca de um novo tempo – Prof. Dr. Pe. Pedro Gilberto Gomes
- N. 291 Tributação, políticas públicas e propostas fiscais do novo governo – Róber Iturriet Avila e Mário Lúcio Pedrosa Gomes Martins
- N. 292 As identidades Chiquitanas em perigo nas fronteiras – Aloir Pacini
- N. 293 Mudança de paradigma pós-crise do coronavírus – Fábio Carlos Rodrigues Alves
- N. 294 O Mar da Unidade: roteiro livre para a leitura do Masnavi de Rûmî – Faustino Teixeira
- N. 295 Função social da propriedade e as tragédias socioambientais de Mariana e Brumadinho: Um constitucionalismo que não é para valer – Cristiano de Melo Bastos
- N. 296 O desassossego do leitor: subjetividades juvenis e leitura na contemporaneidade – Maria Isabel Mendes de Almeida
- N. 297 Escatologias tecnopolíticas contemporâneas – Ednei Genaro
- N. 298 Narrativa de uma Travessia – Faustino Teixeira
- N. 299 Efeito covid-19: espaço liso e Bem Viver– Wallace Antonio Dias Silva
- N. 300 Zeitgeist pós-iluminista e contrarrevolução cientificista na análise econômica– Armando de Melo Lisboa



- N. 301 Educação, tecnologias 4.0 e a estetização ilimitada da vida: pistas para uma crítica curricular– Roberto Rafael Dias da Silva
- N. 302 Mídia, infância e socialização: perspectivas contemporâneas - Renata Tomaz
- N. 303 A colonialidade do poder no direito à cidade: a experiência do Cais Mauá de Porto Alegre - Karina Macedo Gomes Fernandes
- N. 304 Ártico, o canário da mina para o aquecimento global - Flavio Marcelo de Mattos Paim
- N. 305 A transformação dos atores sociais em produção e recepção: trajetô empirico-metodológico de uma pesquisa - Aline Weschenfelder
- N. 306 Impactos Ambientais de Parques Eólicos no Semiárido Baiano: do licenciamento atual a novas perspectivas - Rosana Batista Almeida
- N. 307 História de José, O Carpinteiro, como narratividade de Esperança - Patrik Bruno Furquim dos Santos
- N. 308 Violências, injustiças e sofrimento humano: o impacto das desigualdades sociais nas percepções de Martín-Baró, Ricoeur e Nietzsche - Lina Faria e Rafael Andrés Patino
- N. 309 Catadores de materiais recicláveis: novos sujeitos de direitos na construção da sustentabilidade ambiental - Mariza Rios e Giovanna Rodrigues de Assis
- N. 310 A imagem do pobre nos filmes de Pasolini e Glauber como chave para compreender a ação do capitalismo - Vladimir Lacerda Santafé
- N. 311 Aprendizados no campo da metodologia de orientação acadêmica - Faustino Teixeira
- N. 312 O Desespero Inconsciente de Kierkegaard: melancolia, preguiça, vertigem e suicídio - Paulo Abe
- N. 313 Os Direitos Humanos como parâmetro para as democracias contemporâneas: o caso brasileiro - José Dalvo Santiago da Cruz
- N. 314 Algoritmização da vida: a nova governamentalização das condutas - Castor M.M. Bartolomé Ruiz
- N. 315 Capital e ideologia de Thomas Piketty: um breve guia de leitura - Alexandre Alves
- N. 316 "Ecologia com espírito dentro": sobre Povos Indígenas, Xamanismo e Antropoceno - Nicole Soares Pinto
- N. 317 A chacinagem dos chiquitanos - Aloir Pacini e Loyuá Ribeiro F. M. da Costa
- N. 318 Mestre Eckhart: Deus se faz presente enquanto ausência de imagens e de privilégios - Matteo Raschiatti
- N. 319 Indígenas nas cidades: memórias "esquecidas" e direitos violados - Alenice Baeta
- N. 320 Pindó Poty é Guarani! - Roberto Antonio Liebgott e Aloir Pacini
- N. 321 Desbravar o Futuro. A antropotecnologia e os horizontes da humanização a partir do pensamento de Peter Sloterdijk - Rodrigo Petronio
- N. 322 A Trajetória Metodológica Suscitadora de Jesús Martín-Barbero - Alberto Efendy Maldonado Gómez de la Torre
- N. 323 O capitalismo de crise: lógicas e estratégias de dominação - Luiz Inácio Gaiger
- N. 324 O trabalho humano no magistério do Papa Francisco - André Langer
- N. 325 Uma discussão acerca da liberdade da consciência humana: convergências e divergências entre Kierkegaard e Lutero - Heloisa Allgayer e Rafael Francisco Hiller
- N. 326 Técnica e Ética no contexto atual - Oswaldo Giacoia Junior
- N. 327 O amor ao próximo como categoria ética em Simone Weil - Ana Lúcia Guterres Dias
- N. 328 Uma abordagem da filosofia de Miki Kiyoshi - Fernando Wirtz
- N. 329 Yuval Noah Harari: pensador das eras humanas - Rodrigo Petronio
- N. 330 O Mundo é um grande Olho que vemos e que nos vê - José Angel Quintero Weir
- N. 331 A indecente hermenêutica bíblica de Clarice Lispector - João Melo e Silva Junior
- N. 332 Juventudes e as "novas" expressões da participação política - Flávio Munhoz Sofiati



- N. 333 A virosfera: aprendendo a viver com o desconhecido - Eben Kirksey
- N. 334 Grupo Emaús. 48 anos de resistência e fé libertadora. Volume I - Edward Guimarães, Lúcia Ribeiro e Tereza Pompeia (org.)
- N. 335 O Antropoceno e as ruínas da democracia: a condição humana como monstruosidade - Adriano Messias
- N. 336 Grupo Emaús. 48 anos de resistência e fé libertadora. Volume II - Edward Guimarães, Lúcia Ribeiro e Tereza Pompeia (org.)
- N. 337 O Direito e o Averso - Fábio Konder Comparato
- N. 338 Sobre o mecanismo do terrorismo político-fascista: a violência estocástica da serpente do fascismo - Rudá Ricci e Luís Carlos Petry
- N. 339 MESOCENO. A Era dos Meios e o Antropoceno - Rodrigo Petronio
- N. 340 Religião, Direito e o Redobramento de Ideias - Colby Dickinson
- N. 341 Usos do território e as cidades em transformação. Um olhar a partir da Geografia de Milton Santos - Marina Regitz Montenegro
- N. 342 Grupo Emaús. 48 anos de resistência e fé libertadora. Volume III - Edward Guimarães, Lúcia Ribeiro e Tereza Pompeia (org.)
- N. 343 Raça, etnia, negro, preto ou gênero humano? Conceitos, leitura de mundo e reflexo nas formas de pensar, ser e interagir - Iael de Souza
- N. 344 Daqui deste planeta: (t/T)erra deíctica e sazonalidade cosmopolítica - Hilan Bensusan
- N. 345 Mundo Invisível: a teia vital sob os nossos pés - Faustino Teixeira (org.)
- N. 346 O controle do lazer na sociedade de consumo: reflexões à luz da teoria crítica - Valquíria Padilha e Jean Henrique Costa
- N. 347 João Saldanha: um comunista na seleção brasileira de futebol durante o governo militar. Da ditadura à redemocratização. Futebol na sociedade como fator democrático (1966-1990) - Marcelo de Azevedo Zanotti
- N. 348 Depois da Inteligência Artificial - Cosimo Accoto, Massimo Di Felice e Eliane Schlemmer
- N. 349 Basta de fósseis - Dominic Boyer
- N. 350 Capitalismo e saúde mental: causa social, sofrimento privatizado - Iael de Souza, Evaldo Piolli e José Roberto Montes Heloani
- N. 351 A transição dos combustíveis fósseis, a crise energética na Europa e a guerra na Ucrânia - Simon Pirani
- N. 352 Guerra russa na Ucrânia. Terrorismo energético, ciberguerra e atmoterrorismo - Svitlana Matviyenko
- N. 353 Pequena história futura das enchentes do rio Cai - Caio F. Flores-Coelho
- N. 354 Por uma agricultura sustentável no Brasil - M. Madeleine Hutrya de Paula Lima
- N. 355 A máquina com um rosto humano: da inteligência artificial à sciência artificial - Sylvain Lavelle
- N. 356 Filmes em Perspectiva - Faustino Teixeira
- N. 357 Varsóvia e Gaza: dois guetos e o mesmo nazismo - Luiz Cláudio Cunha
- N. 358 Tecnofisiologia e ontologia híbrida: novas interações entre máquinas e corpo humano - Roberto Marchesini
- N. 359 Teoria dos Quatro Cosmogramas - Moysés Pinto Neto
- N. 360 Capitalismo e cismogênese - Sven Lütticken
- N. 361 Revolução informacional e a nova classe trabalhadora - Marcio Pochmann
- N. 362 O ancião missionário e os anciãos Bóe-Bororo: autobiografia indígena, identidade narrativa e apropriação religiosa recíproca - Elair Inácio de Oliveira e Aloir Pacini
- N. 363 A construção política da Economia de Francisco e Clara no Brasil - Eduardo Brasileiro
- N. 364 Um olhar retrospectivo - Hans Jonas
- N. 365 Constitucionalismo Intersistêmico e o Direito das Minorias: a proteção dos povos indígenas na sociedade global - Gabriel dos Anjos Vilardi
- N. 366 Novos dilemas da IA: a inteligência quer se expandir e o organismo quer perdurar. Por que e como a IA generativa pensa e raciocina - Lucia Santaella



- N. 367 Paul Ricoeur e a historiografia: primeiros diálogos em *História e Verdade* (1955) - Bruno dos Santos Nascimento
- N. 368 Tutela climática dos povos indígenas no Rio Grande do Sul e a proteção dos territórios ancestrais: direito ao futuro e à dimensão ecológica da dignidade humana - Gabriel dos Anjos Vilardi
- N. 369 Autonomia: os povos estão transitando por um novo caminho emancipatório - Raúl Zibechi
- N. 370 IA e a experiência da pobreza - Levi Checketts
- N. 371 O pluralismo jurídico e os sistemas jurídicos indígenas - Gabriel dos Anjos Vilardi
- N. 372 Proposta de definição das juventudes: diversidades e protagonismos políticos - Olívia Cristina Perez
- N. 373 Neomercantilismo de crise e as guerras de desordenamento global - Daniel Feldmann
- N. 374 Putin, Trump, Netanyahu: o mundo à beira de uma guerra total? - Silvia Ferabolli
- N. 375 Peter Singer e os 50 anos do livro *Libertação Animal* - Daan Stoop
- N. 376 Uma reflexão ético-político-filosófica da alteridade negada no cárcere - Gabriel dos Anjos Vilardi
- N. 377 Juventudes e experiências religiosas - Claudio de Oliveira Ribeiro e Rosemary Fernandes
- N. 378 Vida nos trilhos: corpos sobreviventes e a resistência que brota da periferia brasileira - Paulo Ricardo Barbosa de Lima
- N. 379 Os Estados Unidos de Trump, modelo da distopia contemporânea - Luiz Marques
- N. 380 Dinamismo, mobilidade e juventudes - Rosemary Fernandes da Costa
- N. 381 Realidades virtuais, danos aumentados, impactos reais - Elisa García Mingo e Jacinto G. Lorca
- N. 382 Povos indígenas e emergência climática: visibilidade, participação e reivindicações nas conferências climáticas da ONU - Carlos Machado de Freitas, Kleber Henrique da Silva Xucuru, Luiz Felipe Barboza Lacerda, Sineia Bezerra do Vale e Suliete Gervásio Monteiro Baré
- N. 383 Considerações sobre o sionismo - Rodrigo Karmy Bolton
- N. 384 Tecnofeudalismo e colonialismo digital: um olhar a partir do Sul Global - Mardochee Ogécime
- N. 385 Fascismo tardocapitalista: retrotopia e aceleracionismo - Sandro Chignola
- N. 386 Austeridade, desigualdade e o enfraquecimento do Estado Democrático e Social de Direito - Gabriel dos Anjos Vilardi

 UNISINOS